

Imperativos Históricos de Reelaboração da Teoria Económica

CARLOS PIMENTA (*)

1. Quando estabelecemos uma rápida comparação entre as referências às questões económicas feitas pelos patronos da actual civilização ocidental — pelos primeiros pensadores e filósofos gregos e romanos — e às análises económicas hoje desenvolvidas em todo o mundo, facilmente deduzimos a existência de um enorme percurso percorrido. Passou-se das referências isoladas às questões económicas para um tratamento articulado e sistemático. As referências na base de juízos de valor e de propostas deram lugar a levantamentos teóricos e documentais sobre a realidade existente e a sua interpretação na base da concatenação lógica entre as diversas categorias. De um reduzido número de assuntos susceptíveis de referência passou-se para um vastíssimo campo de temas em crescente alargamento. Realizou-se a mudança qualitativa da passagem de um conhecimento corrente ou filosófico sobre as questões económicas para a construção da Ciência Económica.

São mudanças positivamente correlacionadas com o grau de desenvolvimento da tecnologia e das formas de sobrevivência da sociedade, com o tipo de actividades dominantes, com o grau de desenvolvimento civilizacional e cultural, mais especificamente com os padrões culturais vigentes e o grau de desenvolvimento anteriormente atingido pelo pensamento económico. São transformações que exprimem, em cada

fase histórica, uma determinada posição de classe, a correlação de forças sociais existentes.¹

¹ Os preconceitos da neutralidade científica tendem a fazer enublar a natureza de classe de qualquer leitura do social, mas a história do pensamento económico é uma sucessão de acontecimentos a confirmar a tese anteriormente referida. Ninguém foge a essa conotação objectiva entre os interesses, mediatos ou imediatos, de uma determinada classe, e as suas elaborações conceptuais. Mesmo as análises aparentemente mais empiristas e descritivas não iludem a referida ligação. Quando Varrão, em Roma, se ocupa das técnicas de produção chamando a atenção para os meios de trabalhar a terra (instrumentos falantes, instrumentos que emitem sons não articulados e instrumentos mudos) está a descrever o que empiricamente observava e, simultaneamente, a defender o regime escravagista. Quando o cristianismo afirma o juízo de valor de que «quem não trabalha não come» está a glorificar o papel do trabalho e a colocar-se numa perspectiva de classe diferente da que então vigorava. Quando Adam Smith coloca os funcionários do Estado no grupo dos trabalhadores improdutivos está a proceder a uma dedução lógica dos seus anteriores conceitos e, simultaneamente, a condenar a intervenção política sobre a economia. Quando Marx constrói o seu conceito de mais-valia está a explicitar a estrutura exploradora do capitalismo e a criar razões para a luta dos assalariados. Quando hoje se elabora a teoria das expectativas racionais e na sua base se justifica o liberalismo, defende-se o processo de concentração e centralização do capital dirigido pelos grupos monopolistas internacionais. Em síntese, todas as análises económicas são de classe embora não se possa cair num determinismo simplista: há sempre uma criação teórica original que modifica o conhecimento do real, alarga

(*) Professor Associado, Faculdade de Economia do Porto.

2. A situação actual da Ciência Económica é o entrecruzamento das problemáticas levantadas pela situação real existente na produção, distribuição, troca e consumo (mediatizadas por uma determinada consciência social dominante, uma «consciência possível» das diversas classes em confronto), com uma determinada evolução histórica do pensamento económico, da Ciência Económica.

Repegando neste último aspecto poderemos dizer que as obrigações teóricas dos economistas hoje, as tarefas relevantes que se lhes colocam, os desafios científicos conducentes à resolução de muitos dos problemas sociais a que são chamados a interpretar e para os quais têm de apresentar soluções, estão fortemente condicionadas pela evolução do pensamento económico ao longo dos séculos. Olvidar esta perspectiva, ou não retirar dela todas as conclusões possíveis, corresponde à procura de uma mítica intemporalidade conducente a falsos percursos e a elevados custos de oportunidade.

Tracemos pois um breve esboço de evolução histórica que, evidentemente, não pode passar nem pela referência exaustiva a cada um dos muitos autores, nem mesmo pela explicitação das posições dos principais. Percamos em pormenorização para ganharmos em captação do essencial.

3. Os grandes vultos do pensamento económico não fazem a história deste mas balizam-na, impondo, perante as diversas hipóteses alternativas, rumos futuros. Por isso podemos dizer, numa primeira aproximação, que o pensamento económico, desde os seus primórdios até hoje conheceu uma revolução assinalada por Quesnay (1694-1774), e uma contra-revolução assinada por Jevons (1835-1882). É certo que as mudanças qualitativas expressas nas obras e actos desses autores só foram possíveis na sequência de um longo percurso anterior e não estavam isentas de erro, para cuja resolução muito con-

tribuíram os autores vindouros, mas não é menos correcto que a eles se devem passos decisivos no processo de transformação.

Talvez a ausência na referência anterior de alguns autores consagrados possa espantar alguns leitores mais atentos. Que esse espanto fique serenado, pelo reconhecimento que a genialidade de um autor pode ser posta ao serviço do aprofundamento e consolidação de uma tendência previamente desbravada. Que esse espanto ganhe preocupações críticas pela consciência dos perigos das leituras teleológicas da história do pensamento económico² e ainda pelo reconhecimento que cada autor é susceptível de várias leituras.

4. Recordemos algumas palavras de Quesnay: «Considerámo-nos até aqui a natureza e a essência das despesas e analisámo-nos os seus efeitos: examinemos agora as relações com os produtos, e com todas as partes económicas e mobiliárias que constituem a estrutura do edifício da sociedade. Nos seis primeiros capítulos definiram-se a essência das coisas e o seu jogo natural: é o jogo das suas relações que os seis últimos vão desenvolver. Começamos pela relação das despesas entre si, consideradas em pormenor, relativamente às suas diferentes espécies, ao seu emprego, às suas quantidades, às suas proporções com os diferentes tipos de reprodução, com os rendimentos dos proprietários, com a retribuição dos agentes da classe produtiva e da classe estéril, etc., tudo em partes correspondentes e compatíveis umas com as outras, da sua utilização e das suas propriedades recíprocas na constituição económica. Trata-se de um objectivo profundo que só poderemos atingir pelas vias da simplicidade, seguindo a ordem física, a ordem recíproca das causas e dos efeitos, abstractando de todas as irregularidades introduzidas pelas administrações políticas, porque o nosso único fim é atingir a verdade mais simples através da descrição elementar de todas as peças de ligação da máquina económica. Foi necessário, em primeiro lugar, tomar conhecimento de todo o funcionamento desta máquina regeneradora.

o campo do conhecimento corrente da classe a que está objectivamente ligado. A grande diferença entre os diversos pensadores económicos, no que se refere a este assunto, é entre os que reconhecem a natureza de classe da sua produção teórica e se colocam ao serviço da transformação social (e aqui Marx distingue-se notavelmente dos restantes autores) e os que não se reconhecem ou tentam encobrir.

² Alguns autores foram particularmente vítimas dessas leituras teleológicas: todos os outros autores são apreciados criticamente em função das suas verdades. São eles Ricardo, Marx e Keynes.

Trata-se aqui de a dissecar e de descobrir a sua organização pela definição anatómica de todas as suas partes e pela descrição dos seus pontos de contacto, da sua conexão e da cooperação das suas funções.

Na natureza tudo actua por meio de relações. Diz-se que os elementos se combatem, mas, pelo contrário, eles mantêm-se e sustentam-se reciprocamente. A tendência de cada princípio para o predomínio é que fornece o seu contrário as forças de resistência e da reacção vivificante. A concisão e a acção são efeitos do combate e da oposição, e o renascimento e duração das obras da Natureza resultam da concisão e da acção dos seus grandes efeitos. A organização e o funcionamento desta máquina admirável foram fixados de uma vez para sempre pelo seu Autor. A grande regra estabelecida para o todo estende-se às suas subdivisões e governa as suas diferentes partes.

(...) Toda a ciência económica consiste em orientar a sua marcha para a maior reprodução possível, através do conhecimento dos processos físicos que asseguram a actividade da sociedade e o renascimento e manutenção das despesas.» (Quesnay, pp. 147-148).

As tendências de explicação causal já expressa por autores anteriores, as preocupações de análise sistemática da realidade objectiva de William Petty (1623-1687) aparecem aqui com uma sistematicidade ainda não atingida, às quais se acrescenta a compreensão do papel da abstracção, a visão global do funcionamento da sociedade, o início de uma leitura dialéctica dos agregados económicos, o reforço da objectivação dos enunciados económicos e, sobretudo, o reconhecimento da existência de leis económicas. Associada a toda esta profunda transformação está a desantropomorfização dos enunciados económicos, um passo gigantesco na edificação do corte epistemológico que iria fazer emergir do pensamento económico secular a Ciência Económica.

É também na mesma linha que se situa a posição de Quesnay de combate à intervenção do Estado na esfera económica com o reconhecimento de que as «leis» seriam as verdadeiras governantes do funcionamento social.

5. É certo que para Quesnay as «leis» eram leis naturais e o conceito de produção estava

muito directamente relacionado com o de aumento de quantidade de matéria (por isso a identificação da actividade produtiva com as directamente extractoras de bens da natureza), mas tais limitações, sem dúvida sérias, não podem ofuscar a importância das suas contribuições.

Os principais contributos dos seus mais importantes sucessores foram ultrapassar essas limitações e construir uma Ciência Económica histórica, «desnaturalizar» a produção. Essas são as responsabilidades que cabem a Adam Smith (1723-1790), Ricardo (1772-1823) e Marx (1818-1883). O primeiro iniciará o redimensionamento histórico das leis sociais com a dedução da sua construção teórica a partir da divisão social do trabalho e do funcionamento da «sociedade primitiva», estenderá a noção de produção à actividade industrial (transformadora da forma sem alteração da quantidade da matéria),³ reforçará a concatenação lógica dos agregados económicos num processo de desenvolvimento económico das nações. Ricardo reforça o processo anterior ao construir uma teoria do valor mais sistemática e ao completar a teoria do capital, construída a partir da referida teoria do valor, começando a encontrar explicações coerentes para o lucro e a renda. Marx, colocando-se explicitamente numa posição de classe diferente, termina com a natureza a-social das leis económicas, inserindo a Ciência Económica no materialismo histórico, aprofundando e consolidando a diferença entre trabalho e força de trabalho, chave para a explicação do lucro e do funcionamento global da sociedade capitalista.

6. Após a «revolução quesniana» e a sua prossecução essencialmente por Adam Smith e Marx, estava construída a Ciência Económica. Havia uma explicação global do funcionamento do económico, estava elaborada uma visão

³ Este processo de «desnaturalização» toma corpo na importância que atribui à distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, identificando o primeiro com aquele que reproduz para o capitalista o valor dos meios de subsistência contidos no salário e acrescenta-lhe um lucro. No entanto continua preso a algumas das tendências anteriores, como o demonstra a dupla definição de trabalho produtivo, e a aceitação em algumas partes da sua obra, de que aquele é o que se fixa em bens duráveis.

histórica e macroeconómica, diríamos hoje, do capitalismo.

Estava construído o início do edifício científico, mas cada descoberta é o princípio de um novo desconhecido. Neste caso o futuro encontrar-se-ia na resposta à seguinte pergunta: como articular a existência de leis objectivas de funcionamento global da sociedade com o livre arbítrio individual?

Marx afirma categoricamente que o fim último da sua obra «é descobrir a lei económica do movimento da sociedade moderna» (p. 14), reconhecendo previamente que essas leis *em si mesmas* «são tendências que se manifestam e realizam com uma necessidade de ferro» (p. 11). Por outras palavras, históricas e, como tal, são construídas pela acção dos homens, mas o campo de actuação destes está objectivamente delimitado e as grandes tendências de evolução do económico acabam por se impôr.

Esta é a realidade que reconhece o primado do social sobre o individual, a articulação dialéctica entre forças produtivas e relações de produção, mas que também atribuem aos homens um papel insubstituível no processo de transformação, que exige o estudo dos comportamentos individuais, o entendimento das «leis férreas» como sistema de leis causais e leis probabilísticas, que impõem a integração da praxis na teoria do valor-trabalho.

7. Impunha-se encontrar uma resposta a estes problemas científicos. Contudo uma preocupação, de natureza ideológica, viria ocupar o centro das atenções: necessidade de reconstruir uma «teoria do capital» justificativa do capital e do capitalismo.

O lançamento dos princípios fundamentais desse novo trajecto do pensamento económico coube a Jevons (1835-1882) e alicerçou-se nas escolas austríacas, de Lausanne a Cambridge. Ao assumirem como pontos de partida o individualismo, a natureza racional e egoísta do homem, a identificação entre a maximização da utilidade individual com a da sociedade, iniciaram um estudo sistemático do comportamento individual, o livre-arbítrio, mas abandonaram todas as anteriores bases científicas.

Ao mudarem a análise global do económico pelo estudo do individual, ao passarem da explicação do excedente económico para os

comportamentos de mercado, ao negarem a divisão classista aceitando a homogeneidade social e optando por uma divisão funcional, ao substituírem a problemática do desenvolvimento económico pela de equilíbrio, iniciavam o estudo de uma importante faceta do económico mas inviabilizavam uma qualquer articulação com as leis económicas anteriores. Em vez de avançarem no relacionamento entre as leis sociais e os comportamentos individuais, inviabilizaram a articulação, promoveram uma ruptura.

Essa ruptura, que constituiu uma contra-revolução, significou uma natureza social e histórica das leis económicas, representou uma antropomorfização da «Ciência Económica», um regresso a um «naturalismo» há muito ultrapassado. Nas palavras de um autor, «os marginalistas mudam de enfoque e restringem o campo de estudo da Economia. Passam a estudar as relações entre pessoas e produção material e, portanto, entre pessoas e coisas e não mais entre pessoas e pessoas através das coisas.» (Araújo, p. 75)

8. Keynes (1884-1946) representou uma séria tentativa de ultrapassar o dualismo da ciência económica aberta pela contra-revolução utilitarista. Fundiu muitos dos princípios da teoria do valor-utilidade com uma análise macroeconómica, articulou as condicionantes objectivas ao comportamento individual (bem expresso no desemprego involuntário) com as leis psicológicas (do consumo, do investimento, da procura de moeda) e as actuações individuais (como a ilusão monetária) com as estruturas sociais (rigidez dos mercados, por exemplo), enfim, conjugou as situações ex-ante com as (des)igualdades ex-post, mas o seu trabalho, por muito mérito que se lhe deva reconhecer, é incompleto e com frequentes inconsistências teóricas.

9. A crise teórica que actualmente se vive, as profundas divisões entre diferentes escolas do pensamento económico (sendo legítimo etiquetar os economistas em marxistas, neoclássicos, keynesianos e srafianos, tanto pelos seus pressupostos teórico-epistemológicos, como pelas problemáticas em que se inserem) e a inexistência de um conjunto de leis epistemológicas universalmente aceites, tem dificultado a retoma dos caminhos da construção científica e a reso-

lução do grande problema que ainda hoje se levanta: articular as «leis férreas» com o arbítrio individual.

Ao reconhecimento da necessidade de ultrapassar os quadros restritivos das escolas e de interligar o que, até hoje, têm constituído diversas problemáticas correspondem esforços encetados em três sentidos: (a) O primeiro consiste em partir de uma Concepção empírica e justapor diversos conceitos, diversas leituras da realidade, aplicando-as às diversas situações, isto é, elaborar uma «teoria» ecléctica; (b) O segundo consiste na tentativa de unificar diversas correntes da Ciência Económica em torno de determinadas categorias centrais, criando sequentemente um novo corpo teórico capaz de abranger os pontos de partida⁴; (c) O terceiro consiste em uma escola ir buscar elementos a outras para, após uma reanálise e uma reelaboração conceptual integrá-los no seu próprio corpo teórico.

⁴ Um exemplo deste último esforço é a «teoria da regulação».

Epistemologicamente apenas esta última via nos parece correcta. O caminho do futuro está na separação da dicotomia entre macroeconomia e microeconomia pela *reelaboração da teoria do valor assente na articulação entre leis causais e leis probabilísticas, na fundamentação macroeconómica da microeconomia*.⁵

BIBLIOGRAFIA

- Araújo, C.R.V. (1986). *História do Pensamento Económico — Uma abordagem introdutória*. São Paulo: Ed. Atlas.
- Quesnay, F. (sd.). *Quadro Económico*, 2ª ed.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Marx, K. (1974). *O Capital*, Livro I. Coimbra: Centelha.

⁵ Note-se que o caminho que propomos é radicalmente distinto (pelo ponto de partida, pelos princípios epistemológicos e pela articulação conceptual) da fundamentação microeconómica da macroeconomia.